

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

Termo de Referência 277/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
277/2025	158137-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	SARITA LUIZA DE OLIVEIRA	08/10/2025 12:19 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	243/2025	23502.001600.2025-04

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais (consumo e permanente) para os laboratórios de Engenharia Civil e Edificações do Campus Pouso Alegre do IFSULDEMINAS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Mesa de fresar e modelar compatível com micro retíficas com rosca de encaixe padrão. Deve permitir transformar a ferramenta rotativa portátil em uma pequena tupa de bancada para trabalhos de precisão. Estrutura robusta em material resistente (como plástico de engenharia e metal), com base estável e suporte ajustável. Deve conter: Placa de base plana com guias para corte reto e angulado. Regulagem de profundidade da fresa. Guia paralela ajustável para cortes precisos. Presilhas ou sistema de fixação para segurar firmemente a ferramenta rotativa. Acessório para coleta de pó. Dimensões aproximadas: largura mínima de 15 cm e comprimento mínimo de 20 cm. Indicado para trabalhos com madeira, acrílico, PVC e outros materiais leves em maquetes e protótipos. Ideal para uso em laboratórios de maquetaria e construção civil para atividades de corte, entalhe, chanfrado e acabamento. Similar ou de melhor qualidade a marca Dremel modelo 231	622772	Unidade	3	R\$ 323,21	R\$969,63
2	Serra tico-tico de bancada com motor elétrico e possibilidade de uso fixo (na base), indicada para cortes delicados e precisos em madeira, MDF, acrílico, PVC, papelão e materiais similares. Deve possuir estrutura compacta, com montagem e operação simples, adequada para trabalhos manuais em maquetes, artesanato e pequenos projetos de marcenaria. Características mínimas: Potência aproximada: 70 W. 127 V. Sistema de fixação rápida da lâmina, sem necessidade de ferramentas adicionais. Controle de velocidade variável para adaptação a diferentes materiais.	624675	Unidade	3	R\$ 722,98	R\$ 2168,94

	Base com sistema de fixação em mesa ou bancada. Guia de corte para maior precisão. Acompanha conjunto de lâminas para diversos tipos de corte (mínimo 5 unidades). Capacidade de corte em madeira: mínimo 18 mm de espessura. Deve permitir cortes curvos, retos e em ângulo. Leve, portátil e de fácil armazenamento. Indicado para uso em laboratórios de maquetaria e construção civil para cortes precisos em peças de pequeno porte. Similar ou de melhor qualidade a Dremel Moto-Saw (MS20 (127V))					
3	Rotulador eletrônico portátil para impressão de etiquetas personalizadas em ambientes educacionais, administrativos ou laboratoriais. Deve permitir a digitação direta por teclado e possuir visor digital para visualização da mensagem antes da impressão. Indicado para organização e identificação de materiais, ferramentas, prateleiras, pastas e equipamentos diversos. Características mínimas: Teclado tipo ABC ou QWERTY. Visor digital com capacidade para exibir pelo menos 12 caracteres. Impressão térmica (sem necessidade de tinta ou toner). Funções de formatação de texto, incluindo estilos (negrito, itálico, sublinhado), tamanhos e molduras. Capacidade para impressão de pelo menos 2 linhas por etiqueta. Funcionamento com pilhas AA (mínimo 4 unidades). Compatível com fitas de 12 mm de largura. Leve e ergonômico, com fácil manuseio. Indicado para uso em ambientes educacionais e administrativos, contribuindo para a organização e identificação padronizada de materiais e espaços. Similiar ou de melhor qualidade a DYMO Letratag 100H	473738	Unidade	1	R\$ 374,14	R\$ 374,14
4	Estação de trabalho ajustável para uso com ferramentas rotativas/micro retíficas. Deve permitir a conversão da ferramenta portátil em suporte tipo furadeira de bancada, além de possibilitar uso como suporte articulado para trabalhos em diferentes ângulos e posições. Indicado para atividades de perfuração, polimento, lixamento e outros trabalhos de precisão em laboratórios de maquetaria, construção civil e ensino técnico.Características mínimas: Suporte vertical com ajuste de altura e inclinação (mínimo de 0° a 90°). Sistema de fixação para micro retífica com rosca padrão. Limitador de profundidade de perfuração. Base estável com espaço para organização de acessórios. Guia de cabo embutida para segurança e organização durante o uso. Estrutura em metal e plástico resistente, com boa durabilidade. Altura ajustável de no mínimo 30 cm. Compatível com acessórios como mandris, brocas e lixas. Similiar ou de melhor qualidade a Dremel Workstation - Estação de Trabalho (220).	622772	Unidade	3	R\$ 559,16	R\$ 1677,48
5	Mini Serra compacta tipo "serra multiuso" elétrica portátil, indicada para cortes retos e rasos em diversos materiais como madeira, plástico, metais leves, cerâmica e alvenaria. Deve possuir motor de alta rotação, estrutura ergonômica e base de apoio para estabilidade durante o uso. Ideal para trabalhos de precisão em ambientes educacionais, laboratórios de construção civil e atividades de manutenção e montagem. Características mínimas: Potência aproximada: 710 W. 127V. Velocidade de rotação: cerca de 17.000 RPM. Capacidade de corte com profundidade de até 20 mm. Base com ajuste de profundidade e proteção da lâmina. Sistema de troca rápida de discos de corte. Acompanha conjunto de discos para diferentes materiais (mínimo 3 discos). Cabo com comprimento mínimo de 1,8 m. Deve permitir cortes retos, de embutir e de topo em madeira, metal, PVC, cerâmica e drywall. Estrutura leve e compacta, de fácil	220191	Unidade	3	R\$ 637,76	R\$ 1913,28

	transporte e manuseio. Indicado para uso técnico e didático em laboratórios de Engenharia Civil e Edificações, especialmente em atividades de corte controlado e prototipagem. Similar ou de melhor qualidade a Dremel SM20 (SM20 (127V)).					
6	Acoplamento para fresadora de imersão compatível com micro retíficas com rosca padrão. Deve permitir transformar a ferramenta rotativa em uma fresadora com movimento de imersão vertical, ideal para trabalhos de entalhe, rebaixos, cortes e gravações em materiais como madeira, MDF, acrílico e PVC. Características mínimas: Sistema de ajuste de profundidade de corte com trava. Base plana e estável com anéis de medição para controle da profundidade. Duas alças laterais para controle preciso e seguro durante o uso. Guia lateral e guia circular inclusas para cortes retos e circulares. Compatível com diferentes tipos de fresas e acessórios de corte. Estrutura em plástico de engenharia e metal resistente. Indicado para uso em atividades de marcenaria fina, maquetes e prototipagem. Similar ou de melhor qualidade a Dremel modelo 335.	615129	Unidade	3	R\$ 274,00	R\$ 822,00
7	Lixadeira elétrica roto-orbital com potência mínima de 300 W, indicada para acabamento e lixamento de superfícies planas ou curvas em materiais como madeira, metal e similares. Deve possuir base circular de aproximadamente 125 mm de diâmetro, com sistema de fixação por velcro ou similar. Características mínimas: Potência: 300 W. Velocidade: aproximadamente 12.000 oscilações por minuto (OPM). Diâmetro da base: 125 mm. Sistema de fixação da lixa: tipo velcro ou similar. Coletor de pó removível acoplado à base. Cabo de alimentação com no mínimo 1,8 m. Empunhadura ergonômica com revestimento antiderrapante. Tensão de funcionamento: 127 V. Indicado para uso em atividades práticas e laboratoriais nos cursos técnicos e de engenharia, especialmente para acabamento de peças em maquetes, ensaios e prototipagem. Similiar ou de melhor qualidade a WAP modelo WF LR01.	451594	Unidade	4	R\$ 307,12	R\$ 1228,48
8	Cortador de isopor do tipo mesa de bancada, com guia de corte ajustável. Indicado para corte preciso de placas de EPS ou XPS (isopor), utilizado em atividades didáticas, de modelagem, maquetaria e prototipagem. Características mínimas: Estrutura com superfície plana e base rígida para apoio do material. Guia de corte ajustável para cortes retos e angulares. Fio de corte aquecido por resistência elétrica (fio de níquel-cromo ou similar). Fonte de alimentação bivolt ou com chave seletora (127 V / 220 V). Dimensões mínimas da área útil de corte: 40 cm x 30 cm. Suporte para regulagem de altura do fio: mínimo de 10 cm. Acionamento por interruptor liga/desliga ou botão com trava. Deve permitir cortes limpos, com baixo desprendimento de partículas. Indicado para uso em laboratórios de maquetaria e construção civil, facilitando o recorte de peças com precisão e acabamento limpo em projetos acadêmicos e de extensão.	294179	Unidade	1	R\$ 389,07	R\$ 389,07
9	Tesoura. Material: Aço Inoxidável. Material Cabo: Polipropileno. Comprimento: 20,5 CM	602396	Unidade	40	R\$ 28,00	R\$ 1120,00
10	Estilete. Tipo: Com Trava. Espessura: 18 MM. Material Corpo: Polipropileno. Características Adicionais: Lâmina De Aço Carbono.	622133	Unidade	40	R\$ 16,50	R\$ 660,00
11	Lâmina Estilete. Material: Aço Cromado. Largura: 18 MM. Aplicação: Estilete Retrátil. Comprimento: 110 MM. Kit com 10 unidades.	422277	Embalagem	10	R\$ 7,50	R\$ 75,00
12	Folha de acetato A4. Material: Filme Pvc. Aplicação: Impressora Jato De Tinta. Características Adicionais: Com Tarja Removível. Formato: 210 X 297 MM. Tipo: A4. Caixa com 50 unidades.	449697	Caixa	4	R\$ 87,16	R\$ 348,64

13	Compensado Madeira. Material: Balsa Equatoriana. Comprimento: 1000 MM. Largura: 76,20 MM. Espessura: 1,50 MM. Aplicação: Aeromodelismo, Embarcações À Vela, Maquete E March.	615718	Unidade	80	R\$ 23,50	R\$ 1880,00
14	Depron. Placa Espuma. Material: Espuma De Poliuretano De Baixa Densidade. Comprimento: 100 CM. Largura: 60 CM. Espessura: 4 MM. Aplicação: Montagem De Maquetes E Lay Out	242732	Unidade	50	R\$ 90,00	R\$ 4500,00
15	Cartolina. Material: Celulose Vegetal. Gramatura: 150 G /M2. Comprimento: 660 MM. Largura: 500 MM. Cor: Diversas.	235224	Unidade	50	R\$ 1,32	R\$ 66,00
16	Fita Adesiva. Material: Poliéster. Tipo: Auto-Adesiva. Largura: 12 MM. Comprimento: 4 M. Cor: Preta. Aplicação: Rotuladora Eletrônica. Similiar ou de melhor qualidade e compatível com a DYMO Letratag 100H. Caixa com 10 unidades	453901	Caixa	5	R\$ 78,72	R\$ 393,60
17	Conjunto de marcadores com média, à base de tinta acrílica, indicados para uso artístico e técnico em superfícies diversas como papel, madeira, vidro, cerâmica, tecido, metal, plástico, entre outras. Adequados para atividades de desenho, pintura, personalização e trabalhos de maquetaria. Características mínimas: Conjunto com no mínimo 24 unidades de cores variadas. Tinta à base de água ou acrílica, com secagem rápida e resistente à água após secagem. Ponta de precisão (média), com corpo cilíndrico ou triangular de fácil manuseio. Tampa com sistema de vedação para evitar ressecamento da tinta. Não tóxico, seguro para uso em ambientes educacionais. Embalagem organizadora (plástica ou cartonada) para armazenamento e transporte. Indicado para uso em atividades acadêmicas, laboratórios de maquetaria, oficinas criativas, trabalhos manuais e apresentações visuais.	485370	Unidade	5	R\$ 39,41	R\$ 197,05
18	Lápis De Cor Material: Madeira Diâmetro Carga: 0,3 MM Formato: Cilíndrico Diâmetro Corpo: 10 MM Comprimento Total: 170 MM Características Adicionais: Lápis De Cor Aquarelável Caixa com 100 unidades. Similiar ou de melhor qualidade a marca Faber-Castell - EcoLápis Supersoft	361695	Caixa	5	R\$ 254,27	R\$ 1271,35
19	Conjunto de marcadores artísticos com dupla ponta, indicado para desenho técnico, ilustração, pintura, caligrafia, preenchimento de áreas e atividades de expressão gráfica em geral. Adequado para uso em papel, cartão e outras superfícies porosas. Características mínimas: Conjunto com no mínimo 80 cores variadas, Duas pontas: uma ponta chanfrada larga e uma ponta fina para detalhes, Tinta à base de álcool, com secagem rápida e acabamento uniforme, Corpo ergonômico com tampa dupla para vedação das pontas, Resistência a manchas, desbotamento e borrões após a secagem, Organizados em estojo de armazenamento (nylon ou similar). Indicado para uso em laboratórios de desenho, maquetaria, arquitetura, atividades criativas, projetos escolares e acadêmicos.	625587	Caixa	5	R\$ 228,00	R\$ 1140,00
20	Papel Para Impressão Formatado Tipo: Sulfite /Apergaminhado/Ofício Tamanho (C X L): 297 X 210 MM Gramatura: 90 G/M2 Cor: Branco. Pacote 500 folhas.	471762	Pacote	10	R\$ 33,14	R\$ 331,40
21	Papel Vegetal. Material: Celulose Vegetal. Gramatura: 90 A 95 G/M2. Formato: A4. Comprimento: 297 MM. Largura: 210 MM. Aplicação: Desenho Técnico. Pacote com 100 folhas	315712	Pacote	10	R\$ 91,83	R\$ 918,30
22	Papel Vegetal. Material: Celulose Vegetal. Gramatura: 90 A 95 G/M2. Formato: A3. Comprimento: 420 MM. Largura: 297 MM. Aplicação: Desenho Técnico. Pacote com 100 folhas	613306	Pacote	10	R\$ 120,00	R\$ 1200,00
23	PAPEL MILIMETRADO, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, GRAMATURA 63, DIMENSÕES 210 X 297,	411619	Pacote	50	R\$ 14,58	R\$ 729,00

	COR BRANCA. Pacote 50 folhas					
24	Papel Milimetrado. Material: Celulose Vegetal. Gramatura: 63 G/M2. Dimensões: 297 X 420 MM. Cor: Branca. Pacote 50 folhas	411487	Pacote	50	R\$ 54,00	R\$ 2700,00
25	Cimento branco, tipo cimento portland, cor branca. Saco de 15Kg	216964	Saco	30	R\$ 115,47	R\$3464,10
26	Areia. Tipo: Praia. Granulometria: Fina. Saco de 20Kg	620501	Saco	15	R\$ 108,00	R\$ 1620,00
27	Areia. Tipo: Praia. Granulometria: Média.	216954	Metro Cubico	16	R\$ 132,69	R\$2123,04
28	Areia. Tipo: Praia. Granulometria: Grossa.	216955	Metro Cúbico	6	R\$ 119,45	R\$ 716,70
29	Aditivo Superplastificante Em Pó Redutorágua para concreto	428225	Litro	5	R\$ 71,80	R\$ 359,00
30	Dióxido De Titânio Aspecto Físico: Pó Fórmula Química: Tio (Óxido De Titânio) Peso Molecular: 63,87 G/MOL Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99,9% Número De Referência Química: Cas 12137-20-1. Dioxido De Titanio Puro 1kg - Pigmento Branco	445540	Kg	5	R\$ 79,97	R\$ 399,85
31	Óxido De Ferro Aspecto Físico: Pó , Fórmula Química: Fe2o3 (Iii) , Peso Molecular: 159,69 G/MOL, Grau De Pureza: Pureza Mínima De 98% , Característica Adicional: Reagente P.A. , Número De Referência Química: Cas 1309-37-1. Pigmento Óxido De Ferro Verde	451537	Gramas	2500	R\$ 0,79	R\$ 1975,00
32	Óxido De Ferro Aspecto Físico: Pó , Fórmula Química: Fe2o3 (Iii) , Peso Molecular: 159,69 G/MOL, Grau De Pureza: Pureza Mínima De 98% , Característica Adicional: Reagente P.A. , Número De Referência Química: Cas 1309-37-1. Pigmento Óxido De Ferro Amarelo	451537	Gramas	2500	R\$ 0,79	R\$ 1975,00
33	Óxido De Ferro Aspecto Físico: Pó , Fórmula Química: Fe2o3 (Iii) , Peso Molecular: 159,69 G/MOL, Grau De Pureza: Pureza Mínima De 98% , Característica Adicional: Reagente P.A. , Número De Referência Química: Cas 1309-37-1. Pigmento Óxido De Ferro Preto Grafitte	451537	Gramas	2500	R\$ 0,79	R\$ 1975,00
34	Óxido De Ferro Aspecto Físico: Pó , Fórmula Química: Fe2o3 (Iii) , Peso Molecular: 159,69 G/MOL, Grau De Pureza: Pureza Mínima De 98% , Característica Adicional: Reagente P.A. , Número De Referência Química: Cas 1309-37-1. Pigmento Óxido De Ferro Marrom	451537	Gramas	2500	R\$ 0,79	R\$ 1975,00
35	Lixa. Material: Carbureto Silício. Tipo: Lixa D'Água. Apresentação: Folha. Tipo Grão: 220. Diâmetro: 200 MM.	462189	Unidade	300	R\$ 1,35	R\$ 405,00
36	Lixa Material: Óxido Alumínio , Tipo: Lixa D'Água , Apresentação: Folha , Tipo Grão: 180 , Comprimento: 300 MM, Largura: 200 M.	360684	Unidade	200	R\$ 0,74	R\$ 148,00
37	Folha Cortiça. Material: Cortiça. Espessura: 8 MM. Comprimento: 90 CM. Largura: 60 CM	425014	Unidade	20	R\$ 51,99	R\$ 1039,80
38	Verniz. Composição: Resina Acrílica, Glicóis, Tensoativos Etoxilados. Acabamento: Brilhante. Cor: Incolor. Características Adicionais: Rensina Acrílica. Aplicação: Paredes E Superfícies De Concretos	617166	Litro	12	R\$ 45,00	R\$ 540,00
39	Resina Aspecto Físico: Líquido , Cor: Incolor , Solubilidade: Solúvel Em Água , Composição Básica: Solvente , Aplicação: Pedras E Alvenaria Em Geral. Embalagem 3,6L	483757	Unidade	6	R\$ 69,40	R\$ 416,40
40	Cola. Composição: Acetato De Polivinila. Cor: Branca. Aplicação: Papel, Madeira, Tecido, Couro. Características Adicionais: Bico Aplicador, Tampa Fixa, Atóxica, Lavável.	386956	Frasco	10	R\$ 21,00	R\$ 210,00

	Tipo: Líquido. Similar ou de melhor qualidade a Cola Branca Pva Extra Forte - Marca Tekbond.					
41	Aditivo Componente Básico: Dispersão Aquosa De Sbr , Aplicação: Concreto E Argamassa Para Construção , Características Adicionais: Acelerador De Pega E Endurecimento , Prazo Validade: 6 MÊS. Aditivo Acelerador Ultrarrápido. Embalagem de 900g. Similar ou de melhor qualidade a marca Vedacit.	347371	Unidade	5	R\$ 39,00	R\$ 195,00
42	Aditivo Componente Básico: Polissacarídeos , Aspecto Físico: Líquido , Cor: Marrom , Aplicação: Concreto Para Construção , Características Adicionais: Plastificante e Impermeabilizante. Embalagem de 3,6L	428225	Unidade	5	R\$54,75	R\$ 273,75
43	Seixo Rolado Material: Pedra Branca Seixo Dolomita , Tamanho: 40 A 60 MM, Aplicação: Jardins E Canteiros. Embalagem de 10Kg	611867	Unidade	5	R\$ 32,64	R\$ 163,20
44	Corante. Material: Corante Pó Com Pigmentos. Cor: Amarela. Aplicação: Multiuso. Apresentação: Caixa Com 250 Gramas. Tipo: Pó Xadrez / Vermelho.	460647	Unidade	5	R\$ 24,34	R\$ 121,70
45	Corante. Material: Corante Pó Com Pigmentos. Cor: Azul. Aplicação: Multiuso. Apresentação: Caixa Com 500 Gramas. Tipo: Pó Xadrez / Vermelho	457227	Unidade	3	R\$ 20,23	R\$ 60,69
46	Corante. Material: Corante Pó Com Pigmentos. Cor: Verde. Aplicação: Multiuso. Apresentação: Caixa Com 500 Gramas. Tipo: Pó Xadrez / Vermelho	457208	Unidade	3	R\$ 22,59	R\$ 67,77
47	Corante. Material: Corante Pó Com Pigmentos. Cor: Marrom. Aplicação: Multiuso. Apresentação: Caixa Com 500 Gramas. Tipo: Pó Xadrez / Vermelho.	457205	Unidade	3	R\$ 22,15	R\$ 66,45
48	Corante. Material: Corante Pó Com Pigmentos. Cor: Preta. Aplicação: Multiuso. Apresentação: Caixa Com 500 Gramas. Tipo: Pó Xadrez / Vermelho	457204	Unidade	3	R\$ 21,94	R\$ 65,82
49	Corante. Material: Corante Pó Com Pigmentos. Cor: Vermelho. Aplicação: Multiuso. Apresentação: Caixa Com 250 Gramas. Tipo: Pó Xadrez / Vermelho.	460647	Unidade	5	R\$ 20,23	R\$ 101,15
50	Corante Material: Corante Líquido Com Pigmentos , Cor: Vermelha , Aplicação: Tintas À Base D'Água , Apresentação: Bisnaga De 50 ML.	215757	Unidade	30	R\$ 9,30	R\$ 279,00
51	Corante Material: Corante Líquido Com Pigmentos , Cor: Amarela , Aplicação: Tintas À Base D'Água , Apresentação: Bisnaga De 50 ML	215755	Unidade	30	R\$ 9,09	R\$ 272,70
52	Corante. Material: Corante Líquido Com Pigmentos. Cor: Preta. Aplicação: Tintas À Base D'Água. Apresentação: Bisnaga De 50 ML	215753	Unidade	30	R\$ 9,72	R\$ 291,60
53	Corante. Material: Corante Líquido Com Pigmentos. Cor: Verde. Aplicação: Tintas À Base D'Água. Apresentação: Bisnaga De 50 ML	215751	Unidade	30	R\$ 6,31	R\$ 189,30
54	Corante Material: Corante Líquido Com Pigmentos , Cor: Azul , Aplicação: Tintas À Base D'Água , Apresentação: Bisnaga De 50 ML	215749	Unidade	30	R\$ 15,54	R\$ 466,20
55	Massa Modelar. Composição Básica: Argila. Apresentação: Pote 500 Gramas. Cor: Terracota. Características Opcionais: Massa De Cerâmica Fria De Secagem Ao Ar. Características Adicionais: Pode Ser Pintado Com Têmpera, Acrílico E Tintas. Uso: Crianças 4 Anos Ou +	630254	Unidade	20	R\$ 33,33	R\$ 666,60
56	Petrolato. Aspecto Físico: Pasta Cerosa Incolor Ou Branca. Grau De Pureza: Altamente Refinada. Característica Adicional: Mistura De Hidrocarbonetos De Petróleo. Número De Referência Química: Cas 8009-03-8.	394023	Litro	5	R\$ 32,50	R\$ 162,50
57	Vaselina Líquida. Embalagem 1L.	421259	Litro	10	R\$ 30,83	R\$ 308,30

58	Placa Corte Material: Pvc Emborrachado , Comprimento: 450 MM, Largura: 600 MM, Aplicação: Artesanato , Formato: A2 , Espessura: 3 M	624615	Unidade	5	R\$ 295,00	R\$ 1475,00
59	Borracha Siliconada. Tipo: Borracha De Silicone Azul. Aplicação: Confeção De Moldes. Características Adicionais: Usado Com Catalisador. Embalagem 1kg	601074	Unidade	20	R\$ 56,38	R\$ 1127,60
60	LÁPIS, TIPO CARPINTEIRO, COR PRETA. Similar ou de melhor qualidade a marca SOLA.	316333	Unidade	5	R\$ 19,00	R\$ 95,00
61	Selante Adesivo. Material: Poliuretano. Aplicação: Fixação / Anticorrosão. Características Adicionais: Cm 6056 Ecd-658971 Wl 5.5904.2. Emabalgem 30ml. Componente: Bicomponente. Similar ou de melhor qualidade: Sikaflex	478811	Unidade	7	R\$ 53,05	R\$ 371,35
62	Espuma. Material: Espuma. Aplicação: Construção Civil / Pedreiro Acabamento. Rolo 50m. Similar ou de melhor qualidade a marca: Roundex.	474359	Unidade	2	R\$ 86,17	R\$ 172,34
63	Gel Ultrassom, composição: a base de água, aplicação: condutor, características adicionais: ph neutro, esterilidade: estéril. Emabalagem 5Kg	475840	Unidade	1	R\$ 60,07	R\$ 60,07
64	Pistola aplicadora, aplicação silicone, características adicionais tipo: manual, com gatilho e mola de retrocesso, material aço	409623	Unidade	1	R\$ 50,77	R\$ 50,77

Item	Local de Entrega	Quantidade
1	Campus Pouso Alegre	2
	Campus Inconfidentes	1
2	Campus Pouso Alegre	2
	Campus Inconfidentes	1
3	Campus Pouso Alegre	1
4	Campus Pouso Alegre	2
	Campus Inconfidentes	1
5	Campus Pouso Alegre	2
	Campus Inconfidentes	1
6	Campus Pouso Alegre	2
	Campus Inconfidentes	1
7	Campus Pouso Alegre	2
	Campus Inconfidentes	2
8	Campus Pouso Alegre	1
9	Campus Pouso Alegre	40
10	Campus Pouso Alegre	40
11	Campus Pouso Alegre	10
12	Campus Pouso Alegre	4
13	Campus Pouso Alegre	50
	Campus Inconfidentes	30
14	Campus Pouso Alegre	50
15	Campus Pouso Alegre	50
16	Campus Pouso Alegre	5
17	Campus Pouso Alegre	5
18	Campus Pouso Alegre	5
19	Campus Pouso Alegre	5
20	Campus Pouso Alegre	10
21	Campus Pouso Alegre	10
22	Campus Pouso Alegre	10
23	Campus Pouso Alegre	50

24	Campus Pouso Alegre	50
25	Campus Pouso Alegre	20
	Campus Inconfidentes	10
26	Campus Pouso Alegre	5
	Campus Inconfidentes	10
27	Campus Pouso Alegre	1
	Campus Inconfidentes	15
28	Campus Pouso Alegre	1
	Campus Inconfidentes	5
29	Campus Pouso Alegre	5
30	Campus Pouso Alegre	5
31	Campus Pouso Alegre	2500
32	Campus Pouso Alegre	2500
33	Campus Pouso Alegre	2500
34	Campus Pouso Alegre	2500
35	Campus Pouso Alegre	200
	Campus Inconfidentes	100
36	Campus Pouso Alegre	100
	Campus Inconfidentes	100
37	Campus Pouso Alegre	20
38	Campus Pouso Alegre	2
	Campus Inconfidentes	10
39	Campus Pouso Alegre	1
	Campus Inconfidentes	5
40	Campus Pouso Alegre	10
41	Campus Pouso Alegre	5
42	Campus Pouso Alegre	5
43	Campus Pouso Alegre	5
44	Campus Pouso Alegre	5
45	Campus Pouso Alegre	3
46	Campus Pouso Alegre	3
47	Campus Pouso Alegre	3
48	Campus Pouso Alegre	3
49	Campus Pouso Alegre	5
50	Campus Pouso Alegre	20
	Campus Inconfidentes	10
51	Campus Pouso Alegre	20
	Campus Inconfidentes	10
52	Campus Pouso Alegre	20
	Campus Inconfidentes	10
53	Campus Pouso Alegre	20
	Campus Inconfidentes	10
54	Campus Pouso Alegre	20
	Campus Inconfidentes	10
55	Campus Pouso Alegre	20
56	Campus Pouso Alegre	5
57	Campus Pouso Alegre	10
58	Campus Pouso Alegre	5
59	Campus Pouso Alegre	20
60	Campus Pouso Alegre	5
	Campus Pouso Alegre	2

61	Campus Inconfidentes	5
62	Campus Pouso Alegre	1
	Campus Inconfidentes	1
63	Campus Pouso Alegre	1
64	Campus Pouso Alegre	1

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Demais requisitos da contratação

4.4. O fornecedor deverá fornecer materiais novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de conservação, validade (quando aplicável) e funcionamento, sem sinais de avaria ou deterioração.

4.5. Os produtos deverão atender às especificações técnicas descritas. Itens em desacordo serão recusados no ato do recebimento.

4.6. Caso qualquer material apresente defeito de fabricação ou sofra avarias durante o transporte ou a entrega, a empresa contratada será obrigada a realizar a substituição imediata do item comprometido, sem qualquer custo adicional para a Administração Pública.

4.7. A contratada será integralmente responsável por quaisquer danos causados ao imóvel, ao patrimônio público ou a terceiros durante a operação de entrega dos materiais, devendo providenciar, às suas expensas, todos os reparos necessários de forma célere e adequada.

4.8. A aceitação dos materiais será condicionada à verificação da conformidade com as especificações técnicas, podendo ser rejeitados, no todo ou em parte, os itens que não atenderem aos critérios de qualidade, integridade e compatibilidade exigidos.

4.9. A contratada deverá, às suas expensas, substituir quaisquer itens que apresentem defeitos, estejam fora do padrão ou danificados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal da Administração.

4.10. A entrega deverá ser acompanhada de nota fiscal eletrônica, discriminando todos os itens com seus respectivos códigos, marca e quantidade. A contratada será responsável pelo transporte, seguro e eventuais tributos incidentes.

4.11. Os materiais a serem fornecidos deverão atender aos critérios de qualidade, durabilidade, segurança e sustentabilidade ambiental, sendo obrigatória a conformidade com a legislação vigente que trata da utilização de insumos sustentáveis nas contratações públicas.

4.12. Todos os produtos fornecidos deverão:

4.12.1. Ser produzidos com materiais ambientalmente responsáveis, com prioridade para aqueles fabricados a partir de plástico reciclado, papel com certificação FSC ou equivalente, e, no caso de itens com componentes de madeira, esta deverá ser oriunda de reflorestamento certificado;

4.12.2. Atender às normas técnicas da ABNT e, quando aplicável, às exigências de rotulagem ambiental reconhecida, como o Selo Procel, o Selo Verde, ou outras certificações que comprovem o compromisso com práticas de menor impacto ambiental;

4.12.3. Apresentar, na embalagem ou no corpo do produto, identificação clara do fabricante, lote de produção, e, quando exigido por lei, composição dos materiais;

4.12.4. Ser entregues em embalagens recicláveis ou biodegradáveis, evitando-se o uso de plásticos de uso único sempre que possível, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e diretrizes do Plano de Logística Sustentável da Administração Pública.

4.13. Adicionalmente, no ato da entrega, a contratada deverá apresentar, sempre que aplicável:

4.13.1. Declaração do fornecedor quanto à origem sustentável da matéria-prima (ex.: certificado de madeira de reflorestamento, conteúdo reciclado de plásticos);

4.13.2. Ficha técnica ou laudo de composição para os itens cuja manipulação técnica exija cuidados especiais (ex: pigmentos ou substâncias artísticas), de modo a garantir segurança e rastreabilidade no uso educacional.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da ordem de fornecimento, em remessa única ou de modo parcelado, conforme a necessidade.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

- Campus Pouso Alegre, localizado à Avenida Maria da Conceição Santos, 900, bairro Parque Real, Pouso Alegre-MG, CEP: 37.560-260. Entrega das 8h às 17h, em dias úteis no Setor de Almoxarifado.
- Campus Inconfidentes, localizado à Praça Tiradentes, nº 416, Centro, Inconfidentes - MG, CEP 37.576-000. Entrega das 7h00 às 10h30 e das 13h00 às 16h30, em dias úteis no Setor de Patrimônio.

5.3.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.2. . Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5.o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 17/06/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado ou integral, conforme a quantidade necessária.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Valores unitários: conforme tabela constante no subitem 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$53.519,11 (cinquenta e três mil, quinhentos e dezenove reais e onze centavos) conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade:154811;

II) Fonte de recursos:1000;

III) Programa de trabalho: 231608;

IV) Elemento de despesa: 339030 e 449052;

V) Plano interno: V20RLP01MCN e V20RLP60MPN.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital , no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, se for o caso.

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

- 8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais, Subseção Judiciária de Pouso Alegre /MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital,, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRENDA TARCISIO DA SILVA

Requisitante da Contratação